

ARQUITETURA ESCOLAR E DITADURA MILITAR: RESQUÍCIOS DE UMA ÉPOCA QUE ASSOLAM O TEMPO PRESENTE

Fernanda Gonçalves Gomes ¹

RESUMO

O artigo analisa a arquitetura das escolas públicas construídas em Assis (SP) entre 1971 e 1996, período do regime militar, buscando identificar características que persistem. A investigação demonstra a relação entre arquitetura escolar e a ditadura, mostrando como o regime moldou o espaço físico, práticas pedagógicas e a formação individual. Com o questionamento se as características das escolas dessa época ainda são mantidas, trouxemos autores como MENEZES (1978), que discute a arquitetura como controle de massas, GIROUX (1986) Ideologia, cultura e escolarização e FRAGO, ESCOLANO (2001) com o livro: “Currículo, espaço e subjetividade: A arquitetura como programa”. Durante o período do Regime militar, os edifícios escolares foram projetados e construídos com o objetivo de reproduzir a ideologia ao regime através da organização espacial, buscando transmitir valores como nacionalismo, hierarquia, ordem e progresso. A arquitetura escolar da ditadura reforçou desigualdades sociais, separando alunos por classe e sexo e oferecendo diferentes condições de ensino. A disposição das salas de aula, com um lugar elevado para o professor, e os corredores largos facilitavam a vigilância e afirmavam a hierarquia. O artigo conclui que muitas escolas brasileiras ainda apresentam essas características, demandando reflexão de educadores, arquitetos e gestores para criar espaços mais democráticos e inclusivos. A transformação dos espaços escolares é essencial para promover o desenvolvimento integral dos alunos e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Arquitetura escolar; Ditadura Militar, Prédios escolares.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo – UNESP, fernanda.g.gomes@unesp.



INTRODUÇÃO

A presente pesquisa acadêmica estabelece um diálogo crítico e aprofundado sobre a íntima e muitas vezes invisível relação entre a arquitetura das escolas públicas e o projeto ideológico do regime militar brasileiro, delimitando o foco empírico nos edifícios escolares construídos na cidade de Assis (SP) no intervalo temporal de 1971 a 1996. O estudo parte da premissa fundamental de que o espaço físico não é um mero receptáculo neutro para a prática educacional, mas sim uma ferramenta estratégica e potente utilizada pela ditadura para a reprodução ideológica, visando a instauração do controle social e a formação disciplinada de indivíduos alinhados com seus rígidos princípios de hierarquia, ordem e progresso.

O texto, ao questionar a permanência dessas características arquitetônicas no cenário educacional brasileiro atual, destaca a influência de autores renomados como Menezes (1978), que aborda a arquitetura como um mecanismo de controle de massas; Giroux (1986), que discute a interconexão entre ideologia, cultura e escolarização; e Frago e Escolano (2001), que exploram a arquitetura como um programa de ação, moldando currículos e subjetividades.

Neste contexto, o objetivo geral desta investigação é analisar a intencionalidade ideológica e o simbolismo material subjacente aos projetos arquitetônicos das escolas públicas de Assis (SP) construídas no período em questão, e, de forma específica, identificar e categorizar as características formais (tais como tipologia de salas de aula, *design* de corredores e distribuição de áreas) que traduzem e reforçam os valores autoritários do regime, como vigilância, hierarquia e potencial segregação.

A justificativa para esta pesquisa reside na necessidade política e pedagógica de se compreender a persistência dessas estruturas arquitetônicas de origem autoritária no cenário educacional brasileiro contemporâneo. O questionamento sobre a manutenção de escolas planejadas para o controle — um legado arquitetônico enraizado — é crucial para subsidiar o debate e as ações de gestores, arquitetos e educadores, no sentido de reformular os espaços para que estes promovam, de fato, a democracia, a autonomia e o desenvolvimento integral.

Para sustentar esta análise, o trabalho se ancora em um sólido referencial teórico. Menezes (1978) oferece a lente da arquitetura como mecanismo de comunicação de massa e de controle, enquanto Giroux (1986) ilumina a interconexão profunda entre



ideologia, cultura e escolarização. O quadro mais específico é fornecido por Frago e Escolano (2001), que defendem que a arquitetura escolar é um "programa de ação" que, de modo sutil e poderoso, molda currículos, práticas pedagógicas e a própria subjetividade dos estudantes.

A análise revela que o design das escolas desse período não apenas refletia os valores autoritários do regime, mas também reforçava desigualdades sociais, com a segregação de alunos por classe e gênero, e a priorização da vigilância por meio de corredores largos e salas de aula com espaços elevados para o professor. A conclusão do estudo aponta para a persistência dessas características em muitas escolas brasileiras contemporâneas, ressaltando a urgência de um debate entre educadores, arquitetos e gestores para a criação de ambientes escolares mais democráticos, inclusivos e promotores do desenvolvimento integral dos estudantes.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, caracterizada por ser exploratória e descritiva, concentrando-se exclusivamente em fontes secundárias e documentais para investigar a íntima conexão entre a arquitetura das escolas públicas construídas em Assis (SP) no período de 1971 a 1996 e a ideologia subjacente ao regime militar brasileiro.

O percurso metodológico será integralmente ancorado na Pesquisa Documental e Bibliográfica, desdobrando-se na revisão bibliográfica, na qual será realizada uma leitura crítica e sistemática do Referencial Teórico (Menezes, 1978; Giroux, 1986; Frago e Escolano, 2001; Cruz e Carvalho, 2004; Walden, 2009). Esta revisão visa estabelecer as categorias de análise que permitirão interpretar a arquitetura não como um espaço neutro, mas sim como um "programa" ideológico, fornecendo as lentes conceituais (hierarquia, vigilância, controle, segregação) para a análise dos documentos.

Já na análise Documental como Fonte se constitui o núcleo da coleta de dados. Serão coletados e examinados documentos oficiais referentes aos edifícios escolares de Assis (SP) construídos ou projetados sob a égide do regime militar (1971–1996). A busca se concentrará em plantas baixas, projetos arquitetônicos originais, memoriais descritivos e cadernos de especificações técnicas. As fontes primárias de busca incluem os acervos da Secretaria Municipal de Educação e/ou Obras de Assis e os arquivos da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE). O foco da análise documental é interpretar a



concepção formal dos edifícios, identificando as características de *design* (como a disposição hierárquica das salas de aula, a largura dos corredores e o planejamento dos fluxos) que reforçavam a ideologia de ordem e controle.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise da arquitetura das escolas públicas de Assis (SP) construídas durante o regime militar, entre 1971 e 1996, revela uma profunda conexão entre o espaço físico e a ideologia política. Longe de serem meros abrigos para a educação, esses edifícios foram concebidos como ferramentas para a reprodução dos valores autoritários do período. A disposição espacial, com corredores amplos e a elevação do local do professor, não era acidental; ela refletia uma preocupação com a vigilância e a hierarquia. Como discute Menezes (1978), essa arquitetura funcionava como um mecanismo de controle de massas, facilitando a supervisão dos alunos e reforçando a noção de autoridade inquestionável do educador. A escola se tornava, assim, um laboratório onde se formavam cidadãos obedientes, alinhados com a ordem e o progresso idealizados pelo regime.

Essa arquitetura também operava na esfera das desigualdades sociais. O artigo aponta que a concepção dos espaços reforçava a segregação de alunos por classe social e gênero, criando diferentes condições de ensino e, conseqüentemente, perpetuando as disparidades. Essa separação física era um reflexo da hierarquia social que o regime buscava manter, demonstrando como a ideologia pode se materializar no design de um prédio. A teoria de Giroux (1986), sobre como a ideologia, a cultura e a escolarização se entrelaçam, é particularmente relevante aqui, pois a arquitetura escolar se mostra como um componente crucial na transmissão de valores e normas culturais que sustentam o sistema político.

Essas características arquitetônicas e ideológicas persistem nas escolas brasileiras até hoje. O modelo de sala de aula com o professor à frente e os alunos enfileirados, por exemplo, continua sendo a norma, dificultando práticas pedagógicas mais democráticas e participativas. Esse legado arquitetônico, enraizado em uma mentalidade de controle e hierarquia, representa um obstáculo para a criação de ambientes educacionais que valorizem a autonomia, o diálogo e o desenvolvimento integral do aluno.

Frago e Escolano (2001) em seu livro “Currículo, espaço e subjetividade: A arquitetura como programa” fornecem o quadro teórico para essa discussão. Eles defendem que o espaço físico não é neutro; ele carrega um "programa" que molda



currículos e subjetividades. A persistência de uma arquitetura autoritária impede a plena realização de um currículo voltado para a emancipação e a diversidade. Portanto, a transformação dos espaços escolares é mais do que uma questão de reforma estética; é uma necessidade pedagógica e política. É preciso que educadores, arquitetos e gestores trabalhem juntos para projetar escolas que reflitam os valores de uma sociedade justa e igualitária, rompendo com o passado autoritário e construindo um futuro mais democrático.

A falta de flexibilidade das autoridades em relação a particularidade de cada localidade, observando que o ambiente escolar devem ser espaços de aprendizagem, transmitindo estímulos aos alunos, na intenção de que este se envolva numa investigação do espaço ao seu redor, proporcionando oportunidades de uma aprendizagem prazerosa e a realização de atividades pedagógicas criativas e seja um espaço de convívio da comunidade local (WALDEN, 2009). Para Cruz e Carvalho (2004), “o prédio de uma escola é a concretização de uma visão da educação e de seu papel na construção da sociedade”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A premissa fundamental deste estudo estabelece que o espaço físico escolar não é um receptáculo neutro para a prática educacional, mas sim uma ferramenta estratégica para a reprodução ideológica e o controle social, alinhada com os rígidos princípios de hierarquia, ordem e progresso do regime militar. Para sustentar essa análise, o referencial teórico precisa costurar, de forma mais densa, as contribuições de Menezes (1978), Giroux (1986), e Frago e Escolano (2001).

Menezes (1978) oferece a lente da arquitetura como mecanismo de comunicação de massa e de controle. Nesse sentido, os edifícios escolares de Assis (SP) construídos entre 1971 e 1996 funcionavam como um veículo intencional para a transmissão de valores autoritários. A disposição espacial, com corredores amplos e a elevação do local do professor, não eram escolhas estéticas, mas sim reflexos de uma preocupação em facilitar a vigilância e reforçar a noção de autoridade inquestionável do educador. A escola se constituía, assim, como um laboratório social onde se buscava formar cidadãos disciplinados e obedientes.

Essa funcionalidade da arquitetura como controle ganha profundidade com a teoria de Giroux (1986), que discute a interconexão profunda entre ideologia, cultura e



escolarização. O *design* autoritário das escolas atua como um componente crucial na transmissão de normas culturais que sustentam o sistema político. Ao reforçar a hierarquia física, a arquitetura torna-se um agente de reprodução ideológica, atuando, inclusive, na esfera das desigualdades sociais. A concepção dos espaços, ao separar alunos por classe social e gênero, materializa a hierarquia social que o regime buscava manter, perpetuando disparidades no acesso e nas condições de ensino.

Por fim, Frago e Escolano (2001) fornecem o quadro mais específico ao defenderem que a arquitetura escolar é um "programa de ação" que, de modo sutil e poderoso, molda currículos, práticas pedagógicas e a própria subjetividade dos estudantes. A persistência de um modelo de sala de aula com o professor à frente e alunos enfileirados – um legado arquitetônico enraizado em uma mentalidade de controle – impede a plena realização de um currículo voltado para a emancipação e a diversidade. Essa permanência torna urgente a transformação dos espaços escolares, que, como postulam Cruz e Carvalho (2004), são a "concretização de uma visão da educação e de seu papel na construção da sociedade"

A investigação sobre a persistência de estruturas autoritárias na arquitetura escolar contemporânea exige a transição do plano teórico para o plano empírico, mediante uma análise documental rigorosa. O percurso metodológico desta pesquisa concentra-se, portanto, na análise documental de fontes primárias, como plantas baixas, projetos arquitetônicos originais, memoriais descritivos e cadernos de especificações técnicas, referentes aos edifícios escolares de Assis (SP) construídos sob a égide do regime militar. A busca por esses documentos nos acervos da Secretaria Municipal de Educação/Obras e da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) visa interpretar a concepção formal dos edifícios para além de sua função utilitária.

A análise se ancora em categorias conceituais que traduzem a ideologia do regime em elementos arquitetônicos: Hierarquia, Vigilância e Segregação/Desigualdade.

Na questão da hierarquização, o valor era materializado na disposição da sala de aula típica. A análise formal das seções transversais das salas busca identificar a presença de estrados ou plataformas elevadas destinadas ao professor. Tal elevação não é apenas funcional, mas um símbolo arquitetônico da autoridade inquestionável e da centralidade do educador, reforçando a distinção de poder entre mestre e aluno. Similarmente, a análise da planta baixa geral avalia a localização privilegiada e centralizada da área administrativa em relação ao corpo discente, afirmando a estrutura de comando.



Na vigilância, havia a necessidade de controle e ordem era refletida no *design* das áreas de circulação. O exame das plantas baixas foca na largura e retidão dos corredores. Corredores amplos e lineares facilitam a supervisão e o controle de massas, permitindo que um único funcionário monitore longas extensões de fluxo. Outro indicador é a presença de visores ou janelas estratégicas nas portas e paredes que dividem salas de aula e áreas administrativas, configurando o ambiente como um espaço de constante observação mútua e *panóptica* sutil.

Já na segregação e na desigualdade, a arquitetura serviu para reforçar as desigualdades sociais e a ordem imposta pelo regime. A análise investiga como os projetos lidavam com a separação por gênero, por exemplo, através da disposição e sinalização de banheiros ou, em casos mais explícitos, por entradas distintas. A variação na qualidade dos materiais e nas tipologias construtivas dos edifícios, conforme detalhado nos memoriais descritivos, pode ainda sugerir a diferenciação nas condições de ensino oferecidas, perpetuando a hierarquia social que o regime buscava manter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise empreendida sobre os edifícios escolares de Assis (SP), construídos entre 1971 e 1996, não se encerra no registro histórico, mas se projeta sobre o tempo presente como um desafio urgente. O estudo demonstrou que a arquitetura do período foi utilizada como uma ferramenta intencional de controle social e ideológico, refletindo e reforçando valores como hierarquia, ordem e vigilância. A persistência dessas estruturas em muitas escolas brasileiras contemporâneas exige uma reflexão que transcenda a simples reforma estética, demandando uma ruptura pedagógica e política com esse legado.

O principal obstáculo reside no fato de que o *design* autoritário das escolas, ao materializar a ideologia do regime, inibe a implementação de práticas pedagógicas contemporâneas, democráticas e emancipatórias. As três categorias de análise: Hierarquia, Vigilância e Segregação atuam, ainda hoje, como um "programa de ação" que moldam currículos e subjetividades. Enquanto o modelo de sala de aula focado no professor à frente e alunos enfileirados for a norma, a autonomia, o diálogo e o pensamento crítico serão limitados pela própria rigidez do espaço. Essa herança, portanto, representa um obstáculo concreto para a educação que almeja o desenvolvimento integral no século XXI.



Os desafios para elaboração de arquiteturas escolares começam na concepção de projetos, que sejam compatíveis e atendam ao programa pedagógico, que respondam ao programa de necessidades, que sejam baseados nas características climáticas e geográficas do local de implantação do edifício, que articulem todos os agentes



envolvidos em um sistema educacional e atendam à comunidade para qual prestará serviço.

A transformação dos espaços escolares é fundamental para promover uma educação mais inclusiva, democrática e alinhada com os princípios de uma sociedade justa e igualitária. Isso exige a colaboração de educadores, arquitetos e gestores, que precisam repensar o design das escolas para que elas se tornem ambientes que valorizem a autonomia, o diálogo e o desenvolvimento integral dos alunos, rompendo definitivamente com as estruturas de poder do passado. A mudança na arquitetura escolar é, em última análise, um passo crucial para a construção de um futuro educacional mais livre e equitativo.



REFERÊNCIAS

CORRÊA, Maria Elisa Peixoto; MELLO, Maria Gilda de; NEVES, Heloisa Maria Vilela. *Arquitetura escolar paulista, 1890-1920*. São Paulo: FDE, 1991.

CRUZ, João Alberto de Barros; CARVALHO, Laura. *São Paulo 450 anos: a escola e a cidade*. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação/BEI, 2004.

FRAGO, António Viñao; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.

FDE - FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. *Arquitetura escolar e política educacional: os programas na atual administração do Estado*. São Paulo: FDE, 1998.

GIROUX, Henry. *Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias de reprodução*. Tradução de Ângela Maria B. Biaggio. Petrópolis: Vozes, 1986.

MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. *Arquitetura como comunicação de massa*. In: VIEIRA, Amaral (org.). *Comunicação de Massa: o impasse brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

WALDEN, Ruth. *The school of the future: conditions and processes – Contributions of architectural psychology*. In: WALDEN, Ruth (ed.). *School for the future. Design proposals from architectural psychology*. Göttingen: Hogrefe & Huber Publishers, 2009.

